

Reflexões emergentes sobre **Turismo de Base Comunitária**, à luz da experiência no “Paraíso Proibido”: **Vila do Aventureiro** – Ilha Grande – Brasil

TERESA CRISTINA DE MIRANDA MENDONÇA * [tecaturnismo@yahoo.com.br]

EDILAINE ALBERTINO DE MORAES ** [edilaineturmoraes@hotmail.com]

Resumo | Este artigo apresenta questões teóricas e conceituais a respeito do turismo de base comunitária, como um novo horizonte para o fenômeno turístico na sociedade contemporânea. A partir da construção da fundamentação teórica, a presente pesquisa apresenta um caráter exploratório e abordagem qualitativa desenvolvida com base em um Estudo de Caso, a Vila do Aventureiro, localizada na Ilha Grande, um dos maiores patrimônios naturais do Estado do Rio de Janeiro (Brasil) e um dos últimos locais preservados do bioma Mata Atlântica. Percebendo as peculiaridades do turismo na Vila do Aventureiro, este artigo tem como objetivo apresentar e discutir o processo de fortalecimento do turismo de base comunitária no lugar, a fim de subsidiar a reflexão de questões teóricas emergentes sobre o tema. Diante de uma perspectiva teórica diversa sobre o tema, e do Estudo de Caso, infere-se que cada lugar nos indica um modelo de turismo de base comunitária particular, que reflete os objetivos e as estratégias locais de grupos que vêm incorporando componentes do sistema hegemônico global em seu próprio modo de vida.

Palavras-chave | Turismo de Base Comunitária, Desenvolvimento Local, Ilha Grande, Vila do Aventureiro.

Abstract | This article presents theoretical and conceptual questions about community-based tourism as a new horizon to the tourism phenomenon in contemporary society. Based on theoretical foundation, this research presents an exploratory and qualitative approach based on a case study, Vila do Aventureiro, located on the Ilha Grande, one of the greatest natural assets of Rio de Janeiro State (Brazil) and one of last preserved sites in the Atlantic Forest biome. By noticing tourism uniqueness in Vila do Aventureiro, this article aims to present and discuss the process of community-based tourism empowerment in the area in order to support the discussion of theoretical issues emerging on the subject. Facing a different theoretical perspective on the subject, and on the case study, it implies that each place has a particular model of community-based tourism, which reflects the goals and strategies of local groups that have been incorporating elements from the global hegemonic system to their own way of life.

Keywords | Community-based tourism, Local development, Ilha Grande, Vila do Aventureiro.

* **Bacharel em Turismo, Doutorado em Ciências Sociais** pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPCIS/UERJ), **Mestre em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social** pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (EICOS/UFRJ), **Professora titular** da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (IM/UFRJ).

** **Bacharel em Turismo, Doutorado em Engenharia de Produção** pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ/COPPE/PEP), **Mestre em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social** pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ/IP/EICOS), **Professora** da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF/ICH/DEPTUR).

1. Introdução

Na sociedade contemporânea é notável, cada vez mais, o turismo ser tema central de discussão por pesquisadores, gestores, políticos, chefes de estado, ambientalistas. O objetivo é entender o papel que este pode vir a desempenhar, em um mundo que passa por mudanças crescentes. Acima de tudo, o turismo é visto como um dos setores com maior potencial para os governos e o setor privado enfrentarem a atual situação de crise e encontrarem novos rumos para o futuro, considerando o forte apelo dado à atividade como veículo promissor de geração e multiplicação de riquezas. No entanto, reconhecendo que, a forma pela qual o turismo vem se estabelecendo, historicamente e, portanto, potencialmente excludente (tanto do ponto de vista para quem viaja, quanto para quem opera atividades ligadas ao setor), muito provavelmente, este não conseguirá cumprir as promessas difundidas nos discursos oficiais a respeito do turismo como vetor de geração de emprego, distribuição de renda e desenvolvimento local.

A força desse fenômeno, em nível mundial, é apresentada por Trigo (1998), quando revela que o turismo se tornou uma das forças transformadoras do mundo pós-industrial. Juntamente com as novas tecnologias, o turismo tem ajudado a redesenhar as estruturas mundiais, influenciando a globalização e os novos blocos econômicos. No entanto, a visão geral da prática turística no mundo globalizado leva à verificação de sua relação e influência sobre o local. Deste modo, é necessário perceber que o turismo é um fenômeno socioeconômico complexo que se realiza no âmbito local, com papel fundamental de articulação entre o lugar e o mundo, e que envolve uma multiplicidade de abordagens culturais, políticas e ambientais (Barreto, 2000). Desta forma, Luchiarì (2000) ressalta a importância de se analisar o fenômeno do ponto de vista global-local, pois a globalização é uma realidade que está presente nos discursos sobre economia, cultura, senso comum e práticas sociais.

A articulação do turismo entre o local e o mundo é apresentada por Burns (2002) através

da análise da bipolaridade nas relações globais-locais. O autor apresenta o local com foco sobre os objetivos desenvolvidos pela comunidade, segundo um modelo sistêmico, em que o turismo não é visto de forma isolada do ambiente político, natural, econômico ou social. No foco local, destaca-se a questão da diferença, da cultura e da participação comunitária. No foco global, os objetivos são definidos pela "indústria capitalista" do turismo, na qual fica evidente a marginalização de alguns atores fundamentais no processo de tomada de decisão. Esse sistema tem viabilizado a promoção do crescimento econômico sem a promoção do desenvolvimento, do ponto de vista social.

A promessa do turismo como desenvolvimento local é constante. Mas Burns (2002) questiona a promessa do turismo como agente de desenvolvimento social e econômico. Além das preocupações com as questões socioeconômicas envolvidas, é fundamental também enfatizar as questões ambientais inerentes a este processo, tendo em vista o interesse crescente por atividades turísticas associadas à natureza protegida, influenciado, sobretudo, pela popularização do debate ambientalista e pelo processo de urbanização ocidental. Sendo assim, pergunta-se: Desenvolvimento, mas para quem? Turismo, mas para quem? Proteção, mas de que e para quem? Estas são algumas questões que mostram a importância e urgência de pesquisas acadêmicas que investigam iniciativas que podem ilustrar a forma como o turismo pode contribuir para a democratização de oportunidades e benefícios e a configuração de uma proposta inovadora de implementação de projetos, centrados em autonomia, participação, colaboração, co-responsabilidade e sustentabilidade socioambiental. Sob essa inspiração, é que surge o turismo de base comunitária como foco temático central deste artigo.

Iniciativas de turismo de base comunitária no Brasil, bem como na América Latina, apontam para um novo paradigma de turismo no terceiro milênio. Nestas iniciativas, atores locais de diversos núcleos turísticos têm-se inserido de forma mais efetiva em

atividades ligadas ao planejamento, à execução e ao monitoramento das atividades turísticas e consequido gerar renda complementar e desenvolvimento socioeconômico, se contrapondo ao modelo neoliberal e a mega-projetos turísticos que não levam em consideração as necessidades dos atores locais e a vulnerabilidade do meio ambiente. Estas experiências se tornaram um modelo alternativo de desenvolvimento turístico, baseado no protagonismo das comunidades locais que tem sido objeto de debate como instrumento de inclusão social e de conservação do patrimônio natural e cultural.

No cenário brasileiro, os projetos de turismo de base comunitária surgem, principalmente, em lugares com grande riqueza ecossistêmica, onde grupos sociais com perfil de baixo capital econômico e cultural vivem economicamente, essencialmente, de atividades produtivas tradicionais. Entende-se, aqui, como baixo capital cultural, aqueles que possuem baixo nível educacional e pouco conhecimento em gestão e elementos técnicos para operar atividades associadas ao turismo. No entanto, estes grupos perceberam o potencial do lugar em que moram como destino turístico. Decidiram, então, se inserir na atividade de forma diferenciada, em um modelo de turismo em que é possibilitada a oportunidade de diversos atores sociais participarem de forma mais efetiva no planejamento, implementação e gestão do turismo, cuja maior parte dos benefícios gerados é destinada à própria comunidade. Esta iniciativa surge em contraponto a todo um processo convencional de desenvolvimento turístico caracterizado por: vazamentos de recursos financeiros; descaracterização de ambientes naturais; alteração de costumes e de valores tradicionais; especulação imobiliária e a consequente exclusão territorial de residentes.

Destaca-se que, muitas iniciativas de turismo de base comunitária em território brasileiro estão ligadas a um movimento político e social direcionado à reivindicação pela posse da terra, pela permanência

no lugar onde nasceram e vivem, pelo direito à moradia, entre outros.

Todo este movimento tem sido de grande relevância no Brasil. Um dos marcos foi o debate gerado no âmbito do Fórum Social Global realizado em Porto Alegre (Rio Grande do Sul, Brasil) em 2005, que resultou na publicação *Um outro turismo é possível! Reflexões sobre desigualdades, resistências e alternativas no desenvolvimento turístico* (Neuhaus e Silva, 2006). Outra publicação de referência importante para aprofundamento do tema é o livro intitulado *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras* (Bartholo et al., 2009). Esta publicação reflete um conjunto amplo de perspectivas e reúne os projetos para apoio às iniciativas de turismo de base comunitária, selecionados pelo edital n.º 001/2008, lançado pelo Ministério do Turismo (Brasil, 2008). O edital tinha como objeto proporcionar o fomento às iniciativas de turismo de base comunitária, orientadas pelos princípios de economia solidária, priorizando as que estivessem localizadas no interior de parques nacionais ou outra categoria de gestão de área protegida, e até mesmo em seu entorno.

Entre os 50 projetos selecionados em todo o país, estava o destinado à Vila do Aventureiro (Ilha Grande, Angra dos Reis, Rio de Janeiro, Brasil). A vila é habitada pelo "povo do Aventureiro" reconhecido como os mais caiçaras¹ da Ilha Grande, que vive na região há pelo menos quatro gerações, conforme relatos orais. Na vila do Aventureiro encontram-se cerca de 80 moradores permanentes. Contabilizando os moradores itinerantes, a população chega a cerca de 120 pessoas, dentre eles 88 são nativos. Constatase que eles são os verdadeiros aventureiros da Ilha Grande devido a sua localização. Por estar localizado na face oceânica da Ilha Grande, em mar aberto, o Aventureiro sofre com a instabilidade do mar. Em período de "mar grosso", conforme expressão local, o transporte marítimo torna-se inviável. Da mesma forma, que existe a possibilidade de não chegar à vila, existe também a possibilidade de turistas e moradores adiarem a saída do lugar.

¹ Os caiçaras são lavradores-pescadores, com raras exceções eram comunidades essencialmente pesqueiras, que vivem da agricultura de subsistência, baseada na mandioca, e pesca (Adams, 2000).

Percebendo as peculiaridades do turismo na Vila do Aventureiro, identificadas durante cinco anos de pesquisa de campo (Mendonça, 2010) e projeto de extensão universitária (Mendonça e Moraes, 2011), este artigo objetiva apresentar e discutir o processo de fortalecimento do turismo de base comunitária no lugar, a fim de subsidiar a reflexão de questões teóricas emergentes sobre o tema, como um novo horizonte para o fenômeno turístico contemporâneo.

2. Metodologia orientadora da pesquisa

A presente pesquisa possui caráter exploratório e abordagem qualitativa. Sob esta abordagem, a pesquisa foi desenvolvida com base em um estudo de caso, uma vez que buscou uma investigação empírica de um fenômeno contemporâneo no contexto da vida real, na Vila do Aventureiro. A metodologia de trabalho compreendeu pesquisa documental e bibliográfica, relacionada com o fenômeno turístico na sociedade contemporânea e com os temas centrais de reflexão sobre a Ilha Grande como possibilidade de cobertura ampla de fenômenos semelhantes, permitindo uma comparação dos dados e resultados, que ampliam as perspectivas de análise.

Desta forma, tendo como foco o campo de pesquisa na Antropologia², durante cinco anos – entre 2007 e 2011 – a inserção no campo permitiu conhecer uma “região” influenciada por dois temas que dividem a história recente da Ilha Grande: o turismo e a questão ambiental. A palavra “região” é aqui apropriada, tendo como referência, a perspectiva de Tim Ingold (2005: 76):

“...os lugares não têm posições e sim histórias. Unidos pelos itinerários de seus habitantes, os lugares existem não no espaço, mas como nós, em uma matriz de movimento. Chamarei esta matriz de “região””.

Nos inserimos nesta “região” como “descobridores de caminho”, conforme perspectiva de Tim

Ingold. No entanto, para “descobrir caminhos”, a metodologia utilizada foi: observação participante, registros fotográficos, anotações e gravações de discussões em fóruns comunitários locais, entrevistas semi-estruturadas com moradores.

3. Questões teóricas emergentes de turismo de base comunitária

A dissertação conceitual acerca do turismo de base comunitária (TBC) é aqui iniciada pelo conceito apresentado pela WWF-Internacional (2001: 2), resultado de sua atuação em projetos ambientais e de desenvolvimento:

“Turismo comunitário ou de base comunitária pode ser definido como aquele onde as sociedades locais possuem controle efetivo sobre seu desenvolvimento e gestão. E por meio do envolvimento participativo desde o início, projetos de turismo devem proporcionar a maior parte de seus benefícios para as comunidades locais.”

Diversos pesquisadores sobre o tema têm apontado termos como turismo de base comunitária, turismo comunitário, turismo de base local, turismo rural comunitário, turismo situado de base comunitária, ecoturismo de base comunitária e turismo solidário como um modo diferenciado de trabalhar com a atividade. Estas propostas são centradas em iniciativas comunitárias, de grupos organizados coletivamente e solidariamente. Sob essa premissa central, essas novas formas de turismo se diferenciam dos padrões convencionais da atividade. O turismo convencional, adotado pelos grandes empreendedores e governos neoliberais,

² Mais especificamente no campo da Antropologia do Turismo, a pesquisa é inspirada na hipótese do turismo como uma atividade intermediadora de relações e que com suas múltiplas faces nos oferece uma gama de oportunidades para entender os processos culturais. Uma atividade que permeia a vida de “regiões” no plano das práticas e das relações.

tem como objetivo principal a reprodução e a acumulação do capital em uma relação de individualismo, fazendo parte da lógica do sistema econômico hegemônico capitalista.

No entanto, na tentativa de buscar alternativas a este modelo, é possível encontrar espaços não ocupados pelo grande capital, que passam a ser vistos como oportunidades para aqueles, historicamente, negligenciados e excluídos do processo de tomada de decisão e dos resultados mais efetivos oriundos de projetos turísticos. São projetos que buscam construir um turismo diferenciado, em uma perspectiva que objetiva ser comunitária e solidária.

No rol de pesquisadores brasileiros, Luzia Neide Coriolano, que adota o termo turismo comunitário, baseado nos princípios da participação, cooperação, auto-sustentação e universalidade, estuda algumas iniciativas no litoral do nordeste do país. Coriolano (2009) caracteriza o turismo comunitário como serviços turísticos prestados por pequenos empreendedores, em pequenos núcleos receptores, que descobrem no turismo oportunidades de trabalho e formas de inclusão na produção, no consumo e na cidadania. Coriolano (2009) ainda complementa que o turismo comunitário é aquele em que os residentes possuem o controle produtivo da atividade, desde o planejamento até o desenvolvimento e gestão dos arranjos produtivos e que, de forma associativa, organizam arranjos produtivos locais, possuindo o controle efetivo das terras e das atividades econômicas associadas ao turismo. Ou seja, acima de tudo, o turismo comunitário é uma prática econômica associada às demais práticas produtivas, de forma a fortalecer a agricultura, a pesca e o artesanato, além de ser uma estratégia de sobrevivência na luta por direitos contra grandes empreendedores da indústria turística, que tentam ocupar seu território e ameaçar o modo de vida local.

Outra concepção relevante de turismo de base comunitária, no cenário brasileiro, é a da pesquisadora Marta Irving (2009). A autora busca

delinear uma conceituação capaz de ultrapassar a simples noção do comunitário como significado de populações carentes e de baixa renda. Irving (2009) descreve seis premissas interdependentes para o turismo de base comunitária:

- base endógena da iniciativa e do desenvolvimento local;
- participação e protagonismo social no planejamento, na implementação e na avaliação de projetos turísticos;
- escala limitada e impactos sociais e ambientais controlados;
- geração de benefícios diretos à população local;
- valorização da cultural local;
- encontro entre visitados e visitantes.

A referida autora evidencia que o turismo de base comunitária resulta de uma demanda direta de populações locais e que mantém com este território uma relação cotidiana de dependência e sobrevivência material e simbólica. Assim, diante desta perspectiva, é difícil de se imaginar uma iniciativa de TBC resultante de uma decisão externa, de uma intervenção exógena à realidade local. Embora, em alguns casos, agentes externos funcionem como indutores do turismo de base comunitária. Porém, se a iniciativa não expressar o desejo e a aspiração dos grupos sociais locais, ela certamente não atenderá às demandas de desenvolvimento local e nem mesmo será capaz de contribuir para o protagonismo da população envolvida (Irving, 2009). Além da inspiração endógena para projetos dessa natureza, também passa pela perspectiva de Irving (2009) a necessidade de criação de mecanismos para que os recursos advindos do turismo sejam reaplicados em projetos de melhoria de qualidade de vida, a partir das demandas locais e de alcance coletivo.

Para avançar na reflexão sobre turismo de base comunitária, a linha de pensamento de Roberto Bartholo (2009) ressalta que é fundamental a preponderância dos padrões relacionais interpessoais em todo o processo de planejamento e gestão do

turismo de base comunitária. No entanto, isto implica a necessidade de garantir, localmente, a pluralidade possível de ideias e controvérsias, e aceitar que estes sejam elementos constitutivos do princípio dialógico, que envolve incerteza e risco. Isto porque as necessidades das populações humanas não são homogêneas, o que implica o resgate da proximidade relacional (Bartholo, 2009). Entretanto, esse processo requer o comprometimento ativo dos atores locais, em uma intensa construção comunitária, no poder interior de despertar e conduzir os homens uns aos outros, face a face, dando forma à coletividade em processo de transformação contínua. E isso não significa anular costumes tradicionais, mas agregar e/ou recriar novos valores e práticas (Saviolo *et al.*, 2005).

Nesse sentido, o pesquisador marroquino Hassan Zaoual (2006) propõe repensar o lugar ou os “lugares” em sua especificidade, considerando os sistemas de representação dos atores. Ou seja, o homem concreto em seu espaço vivido, em seu “espaço pensado”, dentro e a partir do que ele acredita pertencer. Sobre essa perspectiva, o autor constrói a teoria do sítio simbólico do pertencimento. Para Zaoual (2006: 32-34), “os sítios são entidades imateriais fornecedoras de balizamento para os indivíduos e suas organizações sociais”, constituídos, conjuntamente, de uma “caixa preta” (que contém o legado cultural consciente ou inconsciente do grupo), de uma “caixa conceitual” (que inclui o saber acumulado em sua trajetória de conhecimentos construídos e adquiridos), e de uma “caixa de ferramentas” (que abrangem o saber-fazer, técnicas e modelos de ação apropriados ao seu contexto). Bartholo (2009) visualiza que a perspectiva do sítio simbólico do pertencimento tem profundas implicações no turismo de base comunitária, por este ser caracterizado, fundamentalmente, pelo diálogo efetivo, pela proximidade relacional interpessoal entre os atores locais, o que tende a facilitar a abertura de canais de interlocução com o patrimônio imaterial relacional do sítio simbólico do pertencimento.

Para pensar o turismo de base comunitária no âmbito dos sítios simbólicos do pertencimento, parece ser importante a comunidade abrir ou revisitar suas “caixas” para dialogar face a face os passos que deverão ser dados, as concessões que estarão dispostas a fazer, os elementos inegociáveis de sua postura relacional. Sendo assim, o olhar de quem vive no local, reconhecido e valorizado como protagonista das mudanças ocorridas no lugar que lhe “pertence”, é fundamental para o êxito de uma iniciativa de TBC (Moraes, 2010).

Carlos Maldonado, especialista em turismo rural comunitário na América Latina, também contribui para a construção teórica de TBC. Maldonado (2009) destaca o papel relevante que desempenham as pequenas e microempresas no desenvolvimento econômico local e na diversificação da oferta turística nacional. A partir daí, Maldonado (2009: 31) entende por turismo comunitário:

“toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos.”

O autor explica que a empresa comunitária é parte da economia social, mobiliza recursos próprios e valoriza o patrimônio comum, com a finalidade de gerar ocupação e meios de vida para seus membros. A finalidade da empresa comunitária não é lucro nem apropriação individual dos benefícios que são gerados, e sim a sua distribuição equitativa, através do investimento em projetos de caráter social ou de produção.

Diante das questões teóricas apresentadas, constata-se que existe uma diversa perspectiva do que se entende por turismo de base comunitária. Dentre estas, é possível observar algumas perspectivas que marcam o tema, tais como: alternativa ao modelo hegemônico de turismo; protagonismo e forte mobilização dos grupos sociais locais envolvidos; fundamentos da economia solidária e do

cooperativismo; busca pelo desenvolvimento local; inclusão social; participação e diálogo efetivo; sentimento de pertencimento e identidade com o local; desenvolvimento de capacidades; organização em redes; conservação do patrimônio natural e cultural; distribuição equitativa dos benefícios gerados pela atividade; pequenos empreendimentos domiciliares e familiares; produção associada ao turismo, entre outras.

É com inspiração nesses elementos balizadores, a respeito da proposta do turismo de base comunitária, que a experiência em turismo na Vila do Aventureiro será abordada adiante.

4. Turismo de base comunitária na Vila do Aventureiro, sob influência do processo de proteção da natureza

A Vila do Aventureiro está localizada na Ilha Grande, a segunda maior ilha oceânica brasileira (193 km²), um dos maiores patrimônios naturais do Estado do Rio de Janeiro e um dos últimos locais preservados de Mata Atlântica brasileira. Por esta razão, a Ilha foi eleita em 30º lugar no *ranking* das 111 ilhas mais preservadas do planeta, selecionadas pela revista americana de turismo e viagens *National Geographic Traveller* (edição de abril de 2008).

Devido à riqueza e importância de seu ecossistema, foram criadas quatro áreas protegidas³ na Ilha Grande: o Parque Estadual da Ilha Grande – PEIG (1971), a Reserva Biológica da Praia do Sul – RBPS (1981), a Área de Proteção Ambiental de Tamoios

– APA Tamoios (1982) e o Parque Estadual Marinho do Aventureiro – PEMA (1990). As medidas para a proteção do ecossistema da Ilha implicam o estabelecimento, o avanço e a consolidação das preocupações com as “questões ambientais” na Ilha. Cabe, então, reconhecer que esse processo contribuiu também para transformar a natureza em principal produto da Ilha. A natureza protegida tornou-se o motivo para o turismo se transformar na principal alternativa de sobrevivência para os moradores da Ilha Grande, incentivado também pela crise pesqueira (Mendonça, 2010).

A Ilha Grande apresenta reflexos em várias localidades em relação à chegada do turismo, principalmente, após a extinção do Instituto Penal Cândido Mendes, em 1994, na Vila Dois Rios, momento em que a Ilha ganhou *status* oficial de destino turístico. O presídio, conforme várias referências e pesquisas realizadas com moradores da Ilha, é considerado como um dos elementos que freava o crescimento do turismo no lugar. Conforme Costa *et al.* (2009: 182):

“Após a desativação do presídio, acompanhando a tendência que se observa em toda a Ilha Grande, a população do Aventureiro se viu livre de ameaça constante dos presos fugitivos e passou a conviver com novos atores sociais: os turistas.”

A partir deste marco, a funcionalidade do ambiente insular baseada nos serviços ligados ao presídio e à pesca foi alterada pela força dos elementos da natureza – “mata verde, mar azul” – como principal recurso a ser explorado. Constatou-se um confronto de saberes e lógicas, uma ruptura com os modos anteriores de vida pesqueira, o que significou a imposição de outra lógica na dinâmica socioambiental e cultural, atravessados por uma nova lógica econômica, ditada pela introdução do turismo (Mendonça, 2010).

O caso da Vila do Aventureiro exemplifica a contextualização apresentada no âmbito da Ilha Grande. Este é um exemplo específico da Ilha, relacionado com a crise pesqueira e com a criação

³ Neste artigo foi utilizado o termo áreas protegidas, que é o adotado pela União Internacional de Conservação da Natureza (IUCN) e definido como “uma superfície de terra e/ou mar especialmente consagrada à proteção e manutenção da diversidade biológica, assim como dos recursos naturais e patrimônio cultural associados, e gerida através de meios jurídicos, ou outros meios eficazes”. No contexto brasileiro, dentre os tipos de áreas protegidas, estão as Unidades de Conservação, que compõem o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Brasil, 2000).

de áreas protegidas em um lugar onde a natureza foi um dos poucos recursos que restou aos moradores do local. Há diversas gerações, a atividade de subsistência da comunidade estava ligada à exploração dos recursos naturais como a pesca nas praias, caça eventual, a agricultura doméstica, voltada principalmente para a produção de farinha de mandioca (Vilaça e Maia, 2006). A renda das famílias estava vinculada também ao salário dos moradores que trabalhavam com pesca assalariada. Pela pesquisa realizada por Mendonça (2010), as medidas de proteção da natureza no Aventureiro fizeram com que restasse aos moradores apenas o turismo, como a única alternativa econômica para a sobrevivência – “uma oportunidade dada por Deus” –, conforme a fala de Luís, morador do Aventureiro:

“Olha, no meu tempo de criança a gente vivia, como que a gente vivia, da pesca, matava os peixes levava de canoa de motor lá em Angra. No tempo do meu pai não era nem motor, levava em canoa a remo; e roça, se matava pra plantar mandioca, feijão, tinha que tirar o máximo daqui para poder sobreviver, só se comprava em Angra o que não tinha como tirar aqui da terra. Mas hoje em dia, com a preservação, você não pode mais cortar mato, não pode mais fazer isso daí, aí também Deus abriu outra porta que é o turismo, entendeu? Se for voltar no tempo, em roça ou em turismo, eu acho que, hoje em dia, a roça destruiu mais do que o turismo”.

É importante destacar que, a Vila do Aventureiro está localizada dentro da Reserva Biológica da Praia do Sul e é diretamente influenciada pelo Parque Estadual Marinho do Aventureiro⁴. Em uma área de grande conflito socioambiental do Estado do Rio de Janeiro, o exemplo da Vila do Aventureiro mostra como nenhuma categoria de unidade de conservação tão restritiva como a reserva biológica impediu que seus moradores continuassem dentro de sua área vivendo de atividades ligadas, de forma direta ou indireta, ao turismo. Ou seja, mesmo sendo colocada em uma redoma para proteção de grande variedade de espécies da fauna e da flora terrestre

e aquática disponíveis na área, para se transformar em um laboratório aberto de pesquisas científicas, a praia do Aventureiro tornou-se também em um atrativo turístico, que tem como ícone o coqueiro deitado (Figura 1).

A criação da Reserva Biológica da Praia do Sul ajudou na consolidação da imagem do Aventureiro como o paraíso idílico (Figura 2), lugar exótico, símbolo do natural, do primitivo, do único, pedaço do paraíso perdido do “povo caiçara tradicional”. Sua imagem é influenciada, principalmente, pela ausência de um processo de turistificação e de crescimento urbano, tal como a Vila do Abraão (conhecida como a capital da Ilha) e demais localidades deste ambiente insular, assim como pela ausência de energia elétrica e pela manutenção do padrão das casas originais (Mendonça, 2010).

Influenciado pelo fim do presídio e pela presença da Reserva Biológica, o turismo ali se desenvolveu de forma diferenciada das demais enseadas da Ilha Grande, sem especulação imobiliária e crescimento urbano, sem transformação da paisagem ou mesmo a privatização de praias e trilhas, sem cheiro de esgoto e imigração. Reforçando o que diz Prado (2005: 14) quanto ao fato de que a Vila do Aventureiro “...é a única praia da Ilha em que a comunidade local tomou inteiramente em suas mãos a condução do turismo que ali ocorre, totalmente a seu jeito”. Ou conforme citado por Costa *et al.* (2009: 177): “... um caso *sui generis* de gestão local do turismo”. No entanto, o modelo de turismo predominante na Ilha representa uma ameaça ao caso *sui generis* da vila do Aventureiro. Todo o modelo predominante privilegia aqueles com grande aporte de capital econômico para a gestão do turismo, o que não

⁴ No Brasil, sendo duas categorias de manejo de Unidade de Conservação de Proteção Integral, a Reserva Biológica é criada, sobretudo, para a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais; e o Parque Nacional para a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo. (Brasil, 2000).



Figura 1 | O coqueiro deitado.

Fonte: Mendonça, 2010.



Figura 2 | O paraíso.

Fonte: Mendonça, 2010.

acontece no Aventureiro, conforme a fala do morador Luís.

“Em Aventureiro, a gente ainda consegue ter algum nativo fazendo isso daí e é o que estão querendo tirar da gente, botando as pessoas de fora para acabar com isso daí, a gente... o cara vem lá da cidade com mais dinheiro do que a gente; a gente ganha um dinheiro

para sobreviver num ano; o cara vem com um dinheiro para montar, para enriquecer mais ainda. A gente não tem como brigar, não tem como vencer, entendeu? Igual aconteceu no Abraão, aconteceu no outro lugar aí. Em Aventureiro, graças a Deus, até agora não aconteceu, mas se a gente não tomar uma providência vai acontecer, um dia isso aí vai acontecer.”

Em razão da reserva biológica, o modelo de turismo se baseia em uma cadeia produtiva caracterizada por empreendimentos domiciliares e familiares, que não possuem o aspecto físico de empreendimentos turísticos convencionais no mercado, pois, por serem contíguos às casas, continuam tendo aspecto residencial. A estrutura de campings nos quintais, aluguel de quartos, casas e bares anexos às casas (Figura 3) dão o tom domiciliar aos empreendimentos pela discreta e, muitas vezes, imperceptível diferença entre o local de moradia e o empreendimento comercial. Além disso, alguns moradores oferecem

sua estrutura domiciliar aos visitantes (quartos, banheiros, sala de estar, cozinha). Os dois ambientes, muitas vezes, se mesclam: o modo doméstico de receber (incluindo o modo de vida cotidiano na residência) e o modo comercial, na relação entre hóspede – o cliente – e anfitrião – o profissional, baseado na troca monetária. Esse processo diferencia o modelo de turismo local baseado em uma nova relação entre anfitriões – o “povo do Aventureiro” – e hóspedes – os “turistas aventureiros”, e resulta em um relacionamento que, muitas vezes, cria laços de amizade entre esses atores, extrapolando as relações comerciais (Mendonça e Moraes, 2011).

Com a queda da pesca assalariada, destaca-se algo que favoreceu a inclusão do “povo do Aventureiro” no turismo: a pouca necessidade de investimento financeiro para início e manutenção dos negócios (Costa *et al.*, 2009), devido ao perfil dos empreendimentos domiciliares. Em pesquisa de mestrado realizada por Ferreira (2004) detectou-se que 46% dos moradores estavam envolvidos com as atividades ligadas diretamente ao turismo. Em pesquisa realizada pela equipe da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, no período de 2009 e 2010 (Mendonça e Moraes, 2011), foi também registrado que 75% dos moradores estão envolvidos direta ou indiretamente com atividades ligadas ao turismo. Assim, constata-se a apropriação, cada vez maior, das atividades ligadas ao turismo pelos moradores do Aventureiro, com o aumento de 29% do número de residentes envolvidos diretamente

com o turismo em cinco anos. É importante ainda destacar que 65% dos empreendimentos ligados ao turismo são de posse e gestão de moradores nativos, sendo este perfil motivado pela presença da reserva biológica (Mendonça e Brandão, 2010). O resultado da pesquisa pode confirmar a opinião da moradora Neuseli, em 2010:

“A maioria dos moradores da Praia do Aventureiro vive do turismo. Apesar de que lá nós ainda temos 11 roças, mas são rocinhas de subsistência, produtos de subsistência. Um pouquinho de mandioca, um pouquinho de milho. [...] São para consumo próprio mesmo. Então você me pergunta do que o Aventureiro vive hoje? É do turismo. Com exceção da Praia do Provetá, o restante da Ilha, toda...”

Em maior ou menor escala, a transformação local e as adaptações pelas quais passa o “povo do Aventureiro”, pela “recente adaptação à tarefa de receber, transportar e alimentar os turistas e todo o ganho econômico daí recorrente”, são trazidas à reflexão por Costa (2008: 264). Conforme Wunder (2006: 171), não há dúvidas que a renda com o turismo tenha tido “um impacto revolucionário na economia local”. Para ele, a renda obtida com o turismo pode ter duplicado ou triplicado a renda familiar média do “povo do Aventureiro”. Na mesma análise de Wunder sobre o impacto econômico, destaca-se que atualmente 40,5% das famílias têm o turismo como principal fonte de renda. A pesca e o salário como funcionário público são as duas outras atividades que representam a maior fonte de renda da população, ambas com 21,3%. Com a chegada desta nova atividade econômica, muda o perfil dos moradores, o que é considerado por Costa *et al.* (2009) como o surgimento de uma nova elite local, caracterizada pelas famílias que atualmente possuem maior poder aquisitivo por se inserirem de forma mais ativa nos empreendimentos turísticos. Esta característica é bem demarcada também geograficamente entre as famílias que moram no morro e na praia, estas últimas com maior inserção e resultados nos negócios devido à sua localização.



Fonte: Mendonça, 2010.

Figura 3 | Bar anexo à casa.

A influência do turismo sobre o lugar, seja ela do ponto de vista econômico, ambiental, político ou sociocultural, tem sido analisada por alguns pesquisadores ligados à Antropologia do Turismo. Para Nash (2001) o turismo tem sido visto como aquele que é capaz de influenciar sociedades geradoras de turistas, sociedades hospedeiras ou qualquer sistema social transcultural em que ele esteja embutido. Segundo Steil (2002) estas influências geram ameaças à estabilidade da região e levam às transformações locais que apresentam, geralmente, como elemento central o fator econômico (geração de emprego e renda, a criação de empreendimentos, investimentos, entre outros) e levam, também, ao surgimento de um novo sistema de hierarquia estabelecido pelas novas relações estabelecidas no lugar. Estas reflexões podem ser relacionadas ao caso da Vila do Aventureiro.

Se é possível reconhecer a força do turismo no Aventureiro, é também possível ver o quanto o esquema cultural local se faz presente nesse processo, com destaque para os empreendimentos familiares e as relações de trabalho referidas também ao parentesco. Trata-se de uma gerência local e em moldes locais do turismo. No caso do Aventureiro, mais do que em qualquer outro contexto da Ilha Grande, evidencia-se a relação do turismo com o modelo de gestão ambiental da Ilha, por meio da presença da Reserva Biológica da Praia do Sul e do Parque Estadual Marinho do Aventureiro. Mesmo que estejam inseridos em um processo de pressão global, de propostas “ecológico-civilizadoras” (Prado, 2003), os moradores continuam a se distinguir por seus modos específicos de viver, o que ilustra igualmente a indigenização a que se refere Sahlins (1997). O “povo do Aventureiro” encontra soluções possíveis, traduzidas em um modelo de turismo mediado pelos esquemas culturais locais.

No entanto, o lugar já chegou a receber até 6000 turistas, conforme dados referentes ao Réveillon de 2005, citados na reportagem do jornal *O Globo* de 13 de março de 2006, e uma média de 3000 pessoas nos períodos de maior fluxo, segundo

informações locais. Percebendo esse cenário crescente de visitação, a Vila do Aventureiro fez parte de um sonhado processo de criação de um critério de capacidade de carga e de controle de fluxo de visitantes para toda a Ilha Grande, discutido no âmbito dos diversos fóruns públicos instituídos na Ilha. Assim, um Termo de Compromisso, foi assinado em 26 de dezembro de 2006, em comum acordo entre a Prefeitura Municipal de Angra dos Reis, o Ministério Público Estadual, a Procuradoria Geral do Estado do Rio, a Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente – FEEMA e a comunidade, representada pela Associação de Moradores e Amigos do Aventureiro – AMAV. Neste foi estabelecido um limite na visitação para a área destinada ao *camping* de 560 pessoas por dia e um número máximo de 18 *campings*. No entanto, apesar de se considerar que poderia ser aumentado o número proposto no Termo de Compromisso, os moradores da Vila do Aventureiro reconhecem que o atual controle de visitação contribuiu para melhor organizar o turismo local e proporcionar maior tranquilidade aos moradores e empreendedores. Para além disso, eles reconhecem que por mais que a criação da Reserva Biológica tenha resultado em conflitos internos e externos e restrições diversas, paradoxalmente, protegeu os moradores locais da especulação imobiliária, da urbanização descontrolada, da chegada de novos moradores e da expulsão dos nativos do local herdado.

5. Considerações sobre o turismo de base comunitária na Vila do Aventureiro, em uma perspectiva teórica e prática

A construção de estratégias de turismo de base comunitária tem sido foco de pesquisa de universidades e instituições governamentais, assim como de atuação de organizações não governamentais e demais setores da sociedade civil. Sendo assim, vale endossarmos alguns pontos relevantes para

a construção e questionamento teórico, a respeito do tema e alguns aspectos práticos com base no caso estudado sobre a experiência de TBC na Vila do Aventureiro, a fim de pensar em perspectivas presentes e futuras para o turismo.

O turismo de base comunitária é considerado por Irving (2009: 111) como uma alternativa inovadora de construção de novas realidades e transformação social, uma vez que tende a ser um tipo de turismo que, em tese, “favorece a coesão e o laço social e o sentido coletivo de vida em sociedade”, buscando promover a qualidade de vida, a valorização da cultura local e o sentimento de pertencimento. Contudo, o que parece ser fundamental na definição e execução de estratégias com esse objetivo, conforme levantado por Moraes (2010), é que a população local esteja e se sinta politicamente engajada no processo, como protagonista de sua história, em uma construção coletiva e colaborativa para a transformação de sua realidade.

Outro ponto que parece ser relevante, também destacado por Moraes (2010), é que seja discutida a importância do fortalecimento do turismo de base comunitária de forma associada ao sentimento de pertencimento da comunidade envolvida, com base nas ferramentas utilizadas para legitimar a participação da população local nas iniciativas turísticas de base comunitária, a fim de conhecer os meios de realização e gerenciamento do próprio destino em questão. Estes meios podem ser chamados de “caixa de ferramentas”, referida por Zaoual (2006), o que pode ser considerado um dos grandes desafios do turismo de base comunitária. Outro desdobramento importante e possível para as iniciativas de TBC é entender a sua relação com a “caixa preta” e a “caixa conceitual”, conforme perspectiva teórica de Zaoual (2006), do grupo social, envolvendo a análise dos padrões relacionais interpessoais, a formação das relações de poder e de convivência, as divergências, os acordos, as subjetividades e os jogos.

Vale mencionar ainda que, mesmo em busca do desenvolvimento local através do TBC, é importante

que os moradores reconheçam a presença e o papel do Estado e sua inserção em um mundo globalizado, uma vez que vivem sob influência desse sistema em sua realidade (Moraes, 2010). Portanto, como acontece também em outras comunidades (Moraes, 2010), o “povo do Aventureiro”, questionando o modelo de turismo vigente na Ilha Grande e as políticas públicas vigentes, vem amadurecendo e priorizando interesses e estratégias voltadas para a geração de resultados socializáveis no âmbito local. Ou seja, entende-se que este caso adquire especificidades locais, conforme o que Sahlins (1997) chama de indigenização da modernidade. Alcançados por essa nova forma de sentido da colonização, de imposição de valores, os moradores do Aventureiro vêm incorporando componentes do sistema mundial a seu próprio sistema de mundo. O que se entende é que estamos diante de uma demanda envolvendo o capital econômico e cultural. A defesa de uma melhor apropriação do turismo pelo “povo do Aventureiro”, ou do que se define como turismo de base comunitária para o lugar, se refere a incluir os nativos com seu capital econômico e cultural em um modelo hegemônico, no qual os mais beneficiados com este tipo de atividade são os que possuem maior acúmulo de capital econômico e cultural.

O modelo de turismo que se instalou no Aventureiro privilegia os agentes sociais com pequeno capital econômico e pequeno capital cultural no que se refere às qualificações consideradas necessárias ao turismo e, por outro lado, com um alto grau de capital social, exemplificado por uma rede durável de relações, vinculada a um grupo em um lugar com pequena estratificação econômica, com elos de parentesco e com uma configuração local de cooperação entre eles.

Diante de uma vasta possibilidade de perspectivas teóricas sobre o tema, o caso prático da Vila do Aventureiro passa por várias das que foram abordadas neste artigo, dentre as quais são destacadas:

- participação e protagonismo social: os moradores do Aventureiro, em sua maioria nativos, são os agentes do turismo, responsáveis por todo o

- planejamento, operação e gestão da cadeia produtiva a seu jeito;
- inclusão social: os benefícios gerados pelo turismo são distribuídos diretamente aos moradores. A eles é dada a oportunidade de serem donos e gestores de seus próprios negócios;
- mobilizadores sociais: mesmo vivendo em um “paraíso proibido”, os moradores do Aventureiro iniciam um movimento de reivindicação pela permanência no local herdado, tendo como principal prática econômica o turismo. Inicia-se, também, um movimento para a criação de uma nova categoria de área protegida da área habitada, o que garante a permanência dos moradores no local e legaliza as atividades econômicas produtivas em curso;
- alternativa ao modelo hegemônico de turismo: os empreendimentos no Aventureiro são domiciliares criados e administrados por pessoas com baixo capital econômico e pouco conhecimento técnico operacional relacionado com o turismo, o que se contrapõe ao modelo presente em grande parte da Ilha Grande;
- sentimento de pertencimento e identidade: os moradores do Aventureiro se redescobrem como caçaras e pertencentes a um lugar onde a natureza abundante e preservada, suas práticas atuais e tradicionais, sua história são seu patrimônio mais precioso (Figura 4);
- desenvolvimento de capacidades: impulsionados com o turismo e auxiliados pelo projeto financiado pelo Ministério do Turismo do Brasil (Mendonça e Moraes, 2011), eles tiveram a oportunidade de capacitação em modos de organização comunitária para trabalharem na atividade;

⁵ No Brasil, reserva de desenvolvimento sustentável (RDS) é uma unidade de conservação, que é um tipo de área protegida. A RDS, segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza é uma área natural que abriga populações tradicionais, que vivem basicamente em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais. Esta categoria desempenha papel fundamental na proteção da natureza. Tal uso é regido por contrato de concessão de direito real de uso, uma vez que a área da RDS é de domínio público (Brasil, 2000).

- escala limitada e impactos socioambientais controlados: existe limite e controle de fluxo de visitantes e uso racional dos recursos naturais renováveis pelos moradores locais.

No entanto, independente de uma perspectiva teórica conceitual, o turismo no Aventureiro, uma alternativa que surgiu como resposta às diversas dificuldades enfrentadas pela comunidade desde a criação da Reserva Biológica em 1981, torna-se a cada dia uma atividade econômica ainda mais importante. A pesquisa de Mendonça e Brandão (2010) leva a verificar fatores de exclusão e inclusão no lugar. O “povo do Aventureiro” foi historicamente excluído do processo de decisão sobre o lugar onde vivem, tendo em vista que a área foi transformada em Reserva Biológica. No cenário presente, a população, mesmo com restrições, se organiza e é chamada a ser incluída no processo de decisão sobre a nova categoria de gestão de área protegida que será estabelecida no lugar – a Reserva de Desenvolvimento Sustentável⁵. Decisão esta que oportuniza à comunidade ter grande parcela de responsabilidade sobre a gestão do lugar onde vivem, nos próximos anos.

Conforme Mendonça e Brandão (2010), a inclusão passa também por ações de política pública, como a participação do edital de seleção de iniciativas de TBC, mencionado anteriormente. A partir do



Figura 4 | O caçara, a rede de pesca e a canoa.

Fonte: Mendonça, 2010.

processo de implementação desses projetos, deve-se levar em conta uma das premissas do turismo de base comunitária – a construção coletiva do processo que represente e atenda às demandas reais da comunidade beneficiada. O processo de inclusão passa, certamente, por um modelo que se caracteriza pela voz e demanda dos atores locais, pois não há direito maior de um indivíduo do que a oportunidade de escolher seu próprio destino. É necessário, dessa forma, restituir ao “povo do Aventureiro” o papel, não apenas de atores, mas sim de sujeitos de seu próprio mundo. A restituição de sujeitos de seu próprio mundo passa tanto pela nova categoria de gestão de área protegida, como pelo modelo de turismo que desejam para o Aventureiro.

Por essa razão, o processo de fortalecimento do turismo de base comunitária na Vila do Aventureiro tende a depender da nova categoria de área protegida que irá ser implantada (transformação da reserva biológica em reserva de desenvolvimento sustentável). O que dará ao “povo do Aventureiro” a “legalidade”, o direito de morar no local herdado (sem a constante ameaça de expulsão) e o de exercer as atividades econômicas sustentáveis de forma mais livre. É necessária, sobretudo, uma categoria de gestão de área protegida que proteja as várias comunidades localizadas em ambientes de grande atratividade das ameaças recorrentes que sofrem, como: a especulação imobiliária, a expulsão dos nativos do lugar, a transformação dos moradores apenas em empregados e mal remunerados, exclusão de oportunidade de serem donos e gestores do próprio negócio. Para tanto, também é imprescindível o fortalecimento do processo de organização e atuação da Associação de Moradores e Amigos do Aventureiro – AMAV, como forma legítima de representação do que pensa e fala a população local.

Referências bibliográficas

- Adams, C., 2000, As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar, *Revista de Antropologia*, Vol. 43(1), pp. 145-182.
- Barreto, M., 2000, As Ciências Sociais Aplicadas ao Turismo, in Serrano, C. M. T., Bruhns, H. T., Luchiari, M. T. D. P., (eds) *Olhares Contemporâneos sobre o Turismo*, Papirus, Campinas, pp. 17-36.
- Bartholo, R., 2009, Sobre o sentido da proximidade: implicações para um turismo situado de base comunitária, in Bartholo, R., Sansolo, D. G., Bursztyn, I., (eds) *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*, Letra e Imagem, Rio de Janeiro, pp. 45-54.
- Bartholo, R., Sansolo, D. G., Bursztyn, I., (eds), 2009, *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*, Letra e Imagem, Rio de Janeiro.
- Brasil, 2000, Lei No 9.985, de 18 de julho de 2000, [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm], (Site acessado a 15 de junho de 2010).
- Brasil, 2008, *Edital de chamada pública de Projetos MTUR/Nº 001/2008-seleção de propostas de projetos para apoio às iniciativas de turismo de base comunitária*. [http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/convenios_contratos/selecao_projetos/Edital_Chamada_Pblica_de_Projetos_0012008.pdf], (Site acessado 28 de maio 2008).
- Burns, P. M., 2002, *Turismo e antropologia: uma introdução*, Chronos, São Paulo.
- Coriolano, L. N., 2009, O turismo comunitário no nordeste brasileiro, in Bartholo, R., Sansolo, D. G., Bursztyn, I., (eds) *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*, Letra e Imagem, Rio de Janeiro, pp. 277-288.
- Costa, G. V. L., Catão, H., Prado, R. M., 2009, Praia do Aventureiro: um caso sui generis de gestão local do turismo, in Bartholo, R., Sansolo, D. G., Bursztyn, I., (eds) *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*, Letra e Imagem, Rio de Janeiro, pp. 177-197.
- Costa, G. V. L., 2008, *O Aventureiro, Ilha Grande - RJ: Uma análise de mudança social*, Tese de doutorado, UFRRJ/Museu Nacional/Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Rio de Janeiro, Brasil.
- Ferreira, H. C., 2004, *Redefinindo Territórios: preservação e transformação no Aventureiro – Ilha Grande (RJ)*, Dissertação de mestrado, UFRRJ/ICH/CPDA, Rio de Janeiro, Brasil.
- Ingold, T., 2005, Jornada ao Longo de um caminho de vida: mapas, descobridor-caminho e navegação, *Religião e Sociedade*, Vol. 25, n.º 1, pp. 76-110.
- Irving, M. A., 2009, Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível?, in Bartholo, R., Sansolo, D. G., Bursztyn, I., (eds) *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*, Letra e Imagem, Rio de Janeiro, pp. 108-121.
- Luchiari, M. T. D. P., 2000, Urbanização Turística: um novo nexos entre lugar e o mundo, in Serrano, C. M. T., Bruhns, H. T., Luchiari, M. T. D. P., (eds) *Olhares Contemporâneos sobre o Turismo*, Papirus, Campinas, pp. 105-130.
- Maldonado, C., 2009, O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas, in Bartholo, R., Sansolo, D. G., Bursztyn, I., (eds) *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*, Letra e Imagem, Rio de Janeiro, pp. 25-44.
- Mendonça, T. C. M., 2010, *Que paraíso é esse: a turismização da Ilha Grande*, Tese de doutorado, UERJ/IFCH/PPCIS, Rio de Janeiro, Brasil.

- Mendonça, T. C. M., Brandão, L., 2010, O Povo do Aventureiro: turismo, recategorização e inclusão, in *XI Encontro de Turismo de Base – Turismo e transdisciplinaridade: novos desafios*, UFF, Niterói, pp. 1140-1153.
- Mendonça, T. C. M., Moraes, E. A. (eds), 2011, *O Povo do Aventureiro e o turismo de base comunitária: Experiências vivenciadas na Vila do Aventureiro – Ilha Grande, RJ*, 1ª edição, EDUR, UFRRJ, Rio de Janeiro.
- Moraes, E. A., 2010, Ferramentas Convencionais para a Gestão do Turismo de Base Comunitária em Reservas Extrativistas na Amazônia, *Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul* (UCS), Vol. 6, pp. 1-15.
- Nash, D., 1981, Tourism as an anthropological subject, *Current Anthropology*, Vol. 22(5), pp. 461-481.
- Neuhaus, E., Silva, J. S. (eds), 2006, *Um outro turismo é possível! Reflexões sobre desigualdades, resistências e alternativas no desenvolvimento turístico*, CE, Fortaleza.
- Prado, R. M., 2003, As espécies exóticas somos nós: reflexão a propósito do ecoturismo na Ilha Grande, *Horizontes Antropológicos Turismo*, Vol. 9(20), pp. 205-224.
- Prado, R. M., 2005, De praias que viram morros e do valor da natureza, *XIX Encontro Anual da ANPOCS*, Caxambu-MG.
- Sahlins, M., 1997, *O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: porque a cultura não é um objeto em via de extinção (parte I)*, PPGAS, Museu Nacional, UFRJ/Ed, Rio de Janeiro.
- Saviolo, S., Delamaro, M., Bartholo, R., 2005, Sustentabilidade, turismo, diálogo, in Bartholo, R., Delamaro, M. e Badin, L., (eds) *Turismo e sustentabilidade no Rio de Janeiro*, Garamond, Rio de Janeiro, pp. 13-35.
- Steil, C., 2002, O turismo como objeto de estudo no campo das ciências sociais, in Riedl, M., Almeida, J., Vianna, A., *Turismo rural: tendências e sustentabilidade*, Edunisc, Santa Cruz do Sul, pp. 81-116.
- Trigo, L. G. T., 1998, *A sociedade pós-industrial e o profissional em turismo*, 5 ed., Papirus, Campinas.
- Vilaça, A., Maia, A. A., 2006, O povo do Aventureiro, in Prado, R., (ed) *Ilha Grande: do sambaqui ao turismo*, Garamond/EDUERJ, Rio de Janeiro, pp. 59-104.
- Wunder, S., 2006, Modelos de Turismo, florestas e rendas locais, in Prado, R., (ed) *Ilha Grande: do sambaqui ao turismo*, Garamond/EDUERJ, Rio de Janeiro, pp. 133-190.
- WWF-Internacional, 2001, *Directrices para el desarrollo Del turismo Comunitario*, [http://www.panda.org/resources/publications/sustainability/indigenous/Guidelines_sp.pdf], (Site acedido 10 de Julho 2003).
- Zaoual, H., 2006, *Nova Economia das Iniciativas Locais: uma introdução ao pensamento pós-global*, Consulado Geral da França, COPPE/UFRJ, Rio de Janeiro.